



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1833832 - RS (2019/0251667-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : ALESSANDRO NECKEL DE OLIVEIRA - RS089310
LUCIANO MARTINS E OUTRO(S) - RS079401
RECORRIDO : JORGE LUIS DE FREITAS ZABOETZKI
ADVOGADO : ANA CAROLINA RESCHKE E OUTRO(S) - RS062941

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. TERMO INICIAL. CIÊNCIA DO EVENTO DANOSO. PRESCRIÇÃO. PRAZO DECENAL. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Ação de indenização por danos materiais e compensação por danos morais em razão de transação realizada pelo advogado da parte com renúncia a valores, sem a concordância desta.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. Nos termos da teoria da actio nata, a pretensão nasce quando há ciência inequívoca da lesão. Súmula 568/STJ.
4. O prazo prescricional para o mandante exercer pretensão de cunho compensatório contra ex-mandatário é de 10 anos, em razão da prática de ilícito contratual. Súmula 568/STJ.
5. O termo inicial dos juros de mora e da correção monetária é a data do evento danoso. Precedentes.
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MAURÍCIO DAL AGNOL com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 23/05/2019.

Concluso ao gabinete em: 26/08/2019.

Ação: indenização por danos materiais e compensação por danos morais, ajuizada por JORGE LUIS DE FREITAS ZABOETZKI em face de MAURÍCIO DAL AGNOL em razão de transação realizada pelo advogado, ora recorrente, com renúncia a valores, sem

concordância do recorrido.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos para condenar o recorrente ao pagamento de danos materiais.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta por JORGE LUIS DE FREITAS ZABOETZKI e negou provimento à apelação interposta por MAURÍCIO DAL AGNOL, nos termos da seguinte ementa:

"AÇÃO ORDINÁRIA. MANDATO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. CASO CONCRETO. MATÉRIA DE FATO. INOCORRÊNCIA DE JULGAMENTO ULTRA PETITA.

INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. CONTAGEM DO PRAZO QUE SE DÁ A PARTIR DO CONHECIMENTO DO FATO TIDO COMO LESIVO AO DIREITO. PRECEDENTES DO TJRS. ACORDO COM RENÚNCIA A DIREITOS SEM ANUÊNCIA DA PARTE CREDORA. PERDA DE UMA CHANCE. REPARAÇÃO DEVIDA. EXISTÊNCIA DE DEVER DE INDENIZAR CARACTERIZADO, EM FACE DA ILICITUDE NO AGIR DO ADVOGADO RÉU. NECESSIDADE DE INCLUIR NO VALOR DA CONDENAÇÃO OS VALORES DEVIDOS EM RAZÃO DO DEPÓSITO COMPLEMENTAR. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO.

NÃO DEMONSTRADA A ABRANGÊNCIA DA ALEGADA REDUÇÃO DOS VALORES EM EXECUÇÃO. ABATIMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS JÁ EFETUADO QUANTO DA PRESTAÇÃO DAS CONTAS. JUROS A CONTAR DO MOMENTO EM QUE HOVE O ABUSO DO MANDATO (ART. 670 DO CC).

PRIMEIRO APELO DESPROVIDO E SEGUNDO PROVIDO EM PARTE." (fl. 457, e-STJ).

Embargos de Declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 373-I do CPC/2015, 186, 189, 206, § 3º, IV e V, 405 e 676, do CC/2002 e 22 da Lei 8.906/1994, bem como dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que: i) o prazo prescricional aplicável é o trienal, por se tratar de reparação civil; ii) o termo inicial para contagem do prazo prescricional é a data em que nasce o direito subjetivo de ação por violação de direito, independentemente da efetiva ciência da vítima; iii) devem ser abatidos da condenação os valores relativos aos honorários de sucumbência e aos honorários contratados de titularidade do recorrente; e iv) em relação à indenização por danos materiais, o termo inicial da contagem dos juros de mora e correção monetária deve ser a citação e não a data do evento danoso.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

1. Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 373-I do CPC/2015, 186 do CC/2002 e 22 da Lei 8.906/1994, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

2. Do reexame de fatos e provas

No que concerne à alegação acerca do recebimento da parcela de honorários contratados, o acórdão recorrido assim assentou:

"No tocante ao abatimento dos honorários contratuais, embora a atitude por parte do réu, em afronta à boa -fé, esta Câmara tem entendido que o trabalho advogado réu deve ser remunerado na forma estabelecida no contrato, mormente considerando que o objetivo com a propositura da demanda foi atingido, ou seja, o trabalho desenvolvido pelo réu gerou proveito econômico à autora. Nesse sentido: AC 70066187402/Otávio.

No entanto, no caso concreto, especificamente, o próprio advogado réu, ora primeiro apelante/apelado, ao elaborar o recibo da autora (fls. 243), menciona a retenção dos honorários contratuais.

Nesse contexto, entendo descabido o abatimento de honorários contratuais além dos já constantes do recibo de fl. 243." (fl. 464, e-STJ).

Alterar o decidido no acórdão impugnado exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

3. Da ciência inequívoca da lesão como termo inicial da prescrição (Súmula 568/STJ)

A Corte de origem, ao adotar o entendimento de que a prescrição tem início com a ciência da lesão, adotou entendimento em consonância com a jurisprudência do STJ, no sentido de que, pela teoria da actio nata, a pretensão nasce quando há ciência inequívoca da lesão. Nesse sentido: REsp 1.694.417/SP (3ª Turma, DJe 04/10/2018) e AgInt no REsp 1.740.239/MA (4ª Turma, DJe 28/08/2018).

Logo, nos termos da Súmula 568/STJ, quanto ao ponto mencionado, o acórdão recorrido não merece reforma.

4. Do prazo prescricional para o ajuizamento de pretensão indenizatória/compensatória decorrente de ilícito contratual (Súmula 568/STJ)

Em relação ao prazo prescricional, o TJ/RS aplicou corretamente a jurisprudência do STJ no sentido de que: i) nas ações de indenização do mandante contra o mandatário incide o prazo prescricional de 10 anos, previsto no art. 205 do CC/2002, por se tratar de responsabilidade proveniente de relação contratual (AgInt no REsp 1.717.845/RS, 4ª Turma, REPDJe 26/2/2019, DJe 25/2/2019; AgInt no AREsp 1.172.987/RS, 3ª Turma, DJe de 16/11/2018; e REsp 1.750.570/RS, 3ª Turma, DJe de 14/9/2018); ii) na hipótese de responsabilidade civil por ato ilícito, o prazo prescricional tem início da ciência do evento danoso (AgInt nos EDcl no AREsp 874.246/DF, 4ª Turma, DJe de 23/8/2017; e REsp 1.750.570/RS, 3ª Turma, DJe de 14/9/2018).

Logo, nesse ponto, o recurso especial não merece provimento, com base na Súmula 568/STJ.

5. Dos juros de mora e da correção monetária (Súmula 568/STJ)

Com relação a suposta violação do art. 405 do CC/2002, tem-se que o Tribunal de origem afirmou que o termo inicial dos juros de mora e da correção monetária é a data do evento danoso, momento em que houve o acordo prejudicial sem a anuência do mandante e o consequente abuso pelo mandatário, confira-se:

"No que diz respeito à correção monetária e aos juros de mora, devem incidir a partir do acordo, momento em que ocorreu a renúncia indevida de valores, conforme precedentes desta Câmara (AC 70069991453/Ana Iser e AC 70070021035/Adriana).

Outrossim, não há como limitar a aplicação da correção monetária e juros de mora à data do ajuizamento da ação cautelar inominada nº 021/1.14.0009933-3, que determinou o bloqueio de valores, sob pena de beneficiar o advogado réu com a própria torpeza." (fl. 464, e-STJ).

O referido entendimento está em consonância com a orientação desta Corte Superior de Justiça, a qual se assenta na premissa de que "os juros moratórios devidos pelo mandatário que se apropria indevidamente de valores pertencentes incidem desde a data do desvio do numerário" (AgInt no AgInt no AREsp 942.502/RS, 4ª Turma, DJe de 24/10/2018).

Nesse mesmo sentido: AgInt no REsp 1799395/RS, 4ª Turma, DJe 28/06/2019; AgInt no REsp 1.719.517/RS, 4ª Turma, DJe 14/11/2018.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III, IV, "a" do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa

extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados em 3% sobre o valor da condenação devidos pelo recorrente.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora